



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0003736-84.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Uso de documento falso**
 Documento de Origem: **IP - 107/2017 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Indiciado: **JOSÉ MARCIO DE JESUS SANTOS**

Aos 02 de julho de 2018, às 15:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Promotor de Justiça, **Drº Gustavo Ferronato - Promotor de Justiça Substituto**. Presente o réu JOSÉ MARCIO DE JESUS SANTOS, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida uma testemunha de acusação e interrogado o réu, sendo os depoimentos gravados por meio de sistema audiovisual. **Pelas partes foi dito que desistia da inquirição do policial militar Frederico Paulo Gomides, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. As alegações foram feitas gravadas em mídia. Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "VISTOS. JOSÉ MÁRCIO DE JESUS SANTOS, qualificado a fls.19/20, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 304, *caput*, c.c. artigo 297, ambos do Código Penal, porque em 11.06.16, por volta das 10h06, na Avenida José Antonio Migliato, 310, em São Carlos, fez uso de documento público falso, qual seja, a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) expedida em nome dele. Consta que na data dos fatos o denunciado apresentou a referida CNH aos policiais militares Roosevelt e Gomides, após ser abordado em patrulhamento de rotina, admitindo ter comprado a referida carteira e que não era habilitado, constatando-se que o denunciado não possuía registro de habilitação junto ao órgão de trânsito. Recebida a denúncia (fls.33), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.47). Nesta audiência foi ouvida uma testemunha de acusação e interrogado o réu, havendo desistência quanto ao policial militar Gomides. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação. A defesa pediu pena mínima, reconhecimento da atenuante da confissão e benefícios legais. **É o Relatório. Decido.** O réu é confesso e a prova oral reforça o teor da confissão. O laudo de fls. 29/30 comprova a materialidade do crime, observando que o espelho era autêntico, mas isto não exclui a falsidade dos dados ali constantes, relativo à documento público. O réu é primário e de bons antecedentes, havendo em seu favor a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

confissão. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** JOSÉ MÁRCIO DE JESUS SANTOS como incurso no artigo 304, c.c. art. 297, c.c. artigo 65, III, "d", do Código Penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, fixo-lhe a pena no mínimo legal de **02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa**, calculados cada um no mínimo legal, já considerada a atenuante da confissão que não pode trazer a sanção abaixo do mínimo. A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime aberto**, nos termos do artigo 33, e parágrafos, do CP, considerado proporcional, necessário e suficiente para a prevenção e reprovação da conduta. Presentes os requisitos legais, substituo a pena privativa de liberdade por: **a) uma de prestação pecuniária, no valor de 01 (um) salário mínimo**, em favor de entidade com destinação social a ser oportunamente indicada, e **b) uma de multa**, ora fixada em 10 (dez) dias-multa, no mínimo legal. O réu poderá apelar em liberdade. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:

Defensor Público:

Réu: